



Plano Nacional de Banda Larga é tema de debate em Salvador

Discussões serão aproveitadas em relatório da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o plano

A Assembleia Legislativa da Bahia sediará amanhã debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga. O evento em Salvador é o segundo da programação da Comissão de Ciência e Tecnologia que busca avaliar a atual política do governo federal para massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga e promover a inclusão digital no país. **4**

Índios em Rondônia usando notebooks: plano do governo quer massificar a banda larga



Andreas Ribeiro/ONG Kaminde

Sancionada gratificação para Ministério Público 2

Audiência em São Paulo discute economia verde 4

Congresso recebe projeto do Orçamento para 2015 4



Pedro Franco/Agência Senado

Humberto Costa relatou a proposta de Vanessa Grazziotin que exige ficha limpa de servidores públicos a serem contratados

Ficha Limpa poderá alcançar servidor

Proposta de emenda à Constituição visa impor as limitações da Lei da Ficha Limpa à contratação de servidores públicos.

Condenados em definitivo por dez tipos de crime estariam impedidos de ser nomeados para cargos públicos. **2**

Dilma veta de novo regras para criação de municípios

Projeto de lei aprovado em agosto pelo Congresso sobre criação, fusão e desmembramento de municípios foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. O texto era uma alternativa a uma proposta anterior também vetada integralmente

pelo Executivo. Ao justificar a decisão, Dilma apontou a necessidade de impedir o aumento de despesas com a emancipação de distritos que não teriam novas receitas para sustentá-los. Senadores e deputados divergiram sobre o veto. **3**

Projeto reserva um terço das vagas no Senado a mulheres 2

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



A presidente Dilma sancionou projeto que cria gratificação por acúmulo de função para membros do MPU. A Lei 13.024/2014, que instituiu o benefício, foi publicada hoje no *Diário Oficial da União*



A Procuradoria-Geral da República, que tem sede em Brasília, é uma das unidades do Ministério Público da União

Sancionada gratificação do Ministério Público da União

FOI SANCIONADO PROJETO de lei que garante aos membros do Ministério Público da União (MPU) o recebimento de gratificação por acumulação de ofícios. A presidente Dilma Rousseff vetou, no entanto, a extensão do benefício aos membros da magistratura federal.

A Lei 13.024/2014, oriunda do PLC 6/2014, determina o pagamento da gratificação sempre que houver acumulação de ofícios por três dias ou mais. O texto define como ofício a menor unidade de atuação funcional individual do servidor. O valor deverá corresponder a um terço do subsídio recebido pelo integrante do MPU que esteja acumulando função.

A gratificação não será paga em hipóteses como a atuação conjunta de membros do MPU, a atuação em regime de plantão e a atuação em ofícios durante o período de férias coletivas.

Também ficam impedidos de receber a gratificação o vice-procurador-geral da República, o vice-procurador-geral eleitoral, o vice-procurador-geral do Trabalho, o vice-procurador-geral da Justiça Militar e o vice-procurador-geral de Justiça pelo exercício de funções típicas dos respectivos procuradores-gerais.

Com a sanção da lei, o procurador-geral da República deverá regulamentar a concessão da gratificação no prazo de 30 dias. As despesas

serão cobertas pelo orçamento do MPU.

O projeto original, de autoria do próprio MPU, previa o pagamento da gratificação por acumulação de ofícios apenas para membros do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Militar (MPM) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Na Câmara, porém, a proposta estendeu o benefício à magistratura federal. O Senado decidiu retirar essa parte, mas na votação final a Câmara manteve a medida.

Ao vetar a gratificação aos juízes, Dilma argumenta que o benefício não foi autorizado na Lei Orçamentária de 2014.

PEC aplica Ficha Limpa à contratação de servidores

As limitações impostas pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) também poderão orientar a contratação de servidores públicos. Proposta de emenda à Constituição (PEC 20/2012) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) estabelece, entre outras restrições, dez tipos de crime que tornariam inacessíveis cargos, empregos e funções públicas para quem tiver sofrido condenação definitiva da Justiça.

Crimes contra os patri-

mônios público e privado, contra a vida e a dignidade sexual; lavagem de dinheiro; e tráfico de drogas constam da relação que pode inviabilizar contratações para o serviço público. O impedimento pode valer, desde a definição da sentença até o prazo de oito anos, nos delitos punidos com inelegibilidade e perda dos direitos políticos.

Inicialmente, Vanessa pretendia que essa vedação também se aplicasse aos condenados por órgão ju-

dicial colegiado. Emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), eliminou esse impeditivo. A intenção, conforme justificou o senador, foi afastar questionamentos sobre uma eventual flexibilização do princípio de presunção de inocência.

Depois de passar pela CCJ, a PEC 20/2012 será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Anibal defende reserva para mulheres no Senado

Anibal Diniz (PT-AC) voltou a defender a reserva de uma vaga para as mulheres nas eleições de renovação de dois terços do Senado. Para ele, isso corrigiria um problema de sub-representação feminina no Congresso Nacional. Do total de 594 vagas, contando as do Senado e as da Câmara dos Deputados, apenas 8,6% são ocupadas por mulheres.

A proposta consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 132/2014, apresentado por Anibal em abril deste ano e que aguarda parecer do relator, Paulo Paim (PT-RS), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa — ou seja, se for aprovado, poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

O senador também citou um dado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontando que, levando-se em conta

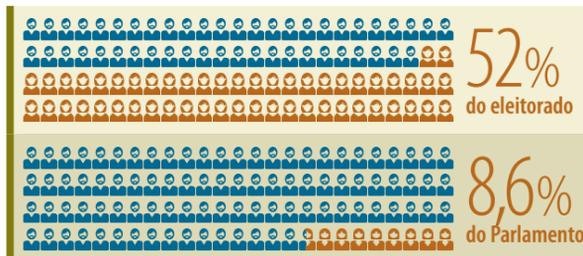
as assembleias estaduais e as câmaras de vereadores de todo o país, a participação feminina não ultrapassa 14% das vagas.

Esse baixo índice, na opinião de Anibal, vai na contramão do que ocorreu, por exemplo, na eleição para a Presidência da República em 2010. Naquela ocasião, juntas, Dilma Rousseff e Marina Silva, respectivamente primeira e terceira colocadas, obtiveram 67% dos votos válidos.

O senador acredita que esse dado mostra que o eleitorado brasileiro confia nas mulheres, mas dificuldades impostas pela legislação eleitoral e até mesmo pelos partidos políticos inibem a participação feminina na política.

— O Brasil ocupa hoje a vergonhosa posição 158 no ranking de participação feminina no Parlamento — disse.

Participação feminina na política nacional



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

PRESIDÊNCIA Orçamento

10h Entrega do Projeto de Lei Orçamentária 2015 pela ministra Miriam Belchior.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Parlamentares se dividiram sobre decisão da presidente Dilma, que justificou ter vetado a proposta para impedir o aumento da despesa pública sem que houvesse geração de receita

Norma para criar município é vetada de novo

A PRESIDENTE DILMA Rousseff vetou integralmente projeto aprovado pelo Congresso para regular a criação de municípios. É a segunda vez que uma proposta com essa finalidade é rejeitada por Dilma.

O PLS 104/2014 — Complementar, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), estabelece regras para a comprovação da viabilidade municipal sob os aspectos econômico-financeiro, político-administrativo, socioambiental e urbano. Também trata da consulta à população afetada.

Pelo texto, tanto o novo município quanto o que venha a perder parte do seu território devem manter, após o processo, uma população mínima: 6 mil pessoas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, 12 mil na Região Nordeste e 20 mil

nas Regiões Sul e Sudeste.

O novo projeto foi apresentado como alternativa ao PLS 98/2002 — Complementar, também de Mozarildo, integralmente vetado pela presidente Dilma em outubro de 2013. À época, a Presidência da República manifestou preocupação com o aumento do número de municípios e das despesas decorrentes.

Ao vetar o PLS 104/2014, agora, Dilma reconhece o “esforço de construção de um texto mais criterioso”, mas afirma que a proposta não afasta o problema da responsabilidade fiscal.

“Depreende-se que haverá aumento de despesas com as novas estruturas municipais sem que haja a correspondente geração de novas receitas. Mantidos os atuais critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios



Senado aprovou em agosto um segundo projeto que buscava superar a resistência do governo federal sobre a questão

(FPM), o desmembramento de um município causa desequilíbrio de recursos dentro do seu estado, acarretando dificuldades financeiras não gerenciáveis para os muni-

cípios já existentes”, diz na justificativa do veto.

O PLS 104/2014 foi aprovado no Plenário do Senado em maio. Na Câmara, os deputados retiraram do projeto a

exigência de uma extensão territorial mínima, mantendo as demais regras. Na votação final no Senado, no início de agosto, os senadores confirmaram, por 52 votos a 4, o texto vindo da Câmara.

Para a maioria dos senadores, a definição de regras para a criação de municípios pode trazer benefícios como a redução das desigualdades regionais, expansão da presença do poder público e geração de empregos.

Agora, o assunto se juntará a uma pauta com mais de 30 vetos presidenciais à espera de exame pelo Congresso, inclusive o que rejeitou o projeto anterior de Mozarildo.

Existem no país 5.570 municípios. Os cinco mais recentes foram criados em 2013: Balneário Rincão (SC), Mojuí dos Campos (PA), Paraíso das Águas (MS), Pescaria Brava (SC) e Pinto Bandeira (RS).

Congressistas divergem sobre decisão da Presidência

O veto da presidente Dilma Rousseff provocou reações diferentes entre os congressistas. O senador Anibal Diniz (PT-AC) classificou o veto como lamentável. Ele disse que a decisão revela a falta de diálogo entre o Executivo e o Legislativo e lembrou que o novo projeto foi elaborado como “fruto de um entendimento com o governo”.

— Simplesmente não entendemos o porquê, depois desse esforço empreendido, de a presidente se manter na posição de vetar o projeto.

Para Anibal, há um “prejuízo tremendo” para as localidades que já apresentam condições de se tornar municípios. Ele acredita que a chance de derrubada do veto é “pouco provável”.

O relator do texto aprovado pela Câmara, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), disse que o veto é um “deboche”. Ele lembrou que a questão foi negociada com os líderes do governo na Câmara e no Senado. Mendes afirmou que batalhará para derrubar o veto.

Já o deputado Silvio Costa (PSC-PE) elogiou o veto. Para ele, a decisão evidencia que a presidente tem responsabilidade. Costa afirmou que o projeto é “esdrúxulo” e que a decisão de Dilma evitou a criação de um ralo de corrupção. Segundo ele, nunca houve acordo com o governo.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que votou contra o projeto, também elogiou a decisão de Dilma.

— Da chefe suprema da nação eu não esperava um ato diferente que não a res-

ponsabilidade com a coisa pública. O que é irresponsável é o projeto — afirmou.

Para Randolfe, o país vive um momento que exige rigor com o gasto público e o “projeto só serviria para atender às elites políticas locais”.

Ziulkoski

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, lamentou o veto. Ele disse que a discussão sobre criação, extinção e fusão de municípios “volta à estaca zero”.

Randolfe anuncia representação contra operadoras de celular



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou na Procuradoria-Geral da República uma representação contra operadoras de celular e também contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Ele anunciou que, ainda nesta semana, vai entrar com representação também ao Ministério Público do Amapá e à Procuradoria-Geral da Justiça contra as operadoras por danos aos consumidores.

Segundo Randolfe, isso se justifica porque há três dias Amapá e Roraima ficaram sem acesso à internet. A explicação da Anatel, segundo o senador, é que teria havido o rompimento de um cabo no Linhão de Tucuruí.

Para Randolfe, as operadoras precisam ser responsabilizadas porque esses problemas são muito frequentes no Norte do país.

Senador destaca obras viárias e terminal de integração no Acre



Anibal Diniz (PT-AC) registrou a inauguração do terminal de integração da Universidade Federal do Acre, que vai agilizar o transporte dos estudantes de bairros próximos da instituição, em Rio Branco.

Segundo ele, foram investidos R\$ 1,2 milhão na obra do terminal.

— Outros bairros mais distantes da cidade também poderão usufruir, com o tíquete eletrônico, desse serviço integrado, pagando uma única passagem — explicou.

Anibal informou ainda que o governo federal está recuperando a BR-364, que foi destruída em alguns trechos pela cheia do Rio Madeira.

No entanto, ele denunciou que outra obra, uma ponte na região do Abunã, tem encontrado resistência por parte da empresa que explora a concessão do serviço de travessia do rio por balsa.

Fleury quer atenção do governo para problemas do setor sucroalcooleiro



Fleury (DEM-GO) voltou a cobrar mais atenção do governo federal para as dificuldades enfrentadas pelo setor sucroalcooleiro. Segundo o senador, as usinas de

açúcar e de álcool já demitiram mais de 60 mil funcionários.

— Existem mais de 40 usinas fechadas, mais de 20 usinas atrás de recuperação de crédito e isso está acontecendo por uma única coisa: o governo federal está pisando nesse setor — afirmou.

Para Fleury, além da falta de incentivo, o problema é a resistência do governo ao aumento nos preços dos combustíveis, que teria impacto na inflação. Com isso, disse, os produtores não têm como se manter. Ele também lembrou os problemas de armazenamento no país, que atingem especialmente os produtores de grãos.

Kaká cobra término de duplicação de trecho da BR-101 em Sergipe



Kaká Andrade (PDT-SE) pediu ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a conclusão da obra

que duplica a BR-101 entre Propriá e o distrito de Pedra Branca, município de Laranjeiras, em Sergipe.

O senador disse que a obra, iniciada em 2010, vinha em ritmo lento até ser paralisada. Segundo ele, isso tem gerado graves prejuízos a seu estado.

— O atraso nas obras de duplicação, agravado pelas precárias condições de sinalização, representa prejuízos econômicos, financeiros, sociais e ambientais. E é, acima de tudo, um atentado à segurança e à integridade física dos usuários da rodovia.

Kaká reclamou da qualidade da obra e do modo como vem sendo executada, em trechos descontínuos.

Encontro faz parte do plano de trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia para a avaliação da política governamental de difusão da internet e inclusão digital no país

Comissão avalia Plano Nacional de Banda Larga

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) faz amanhã o 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), a partir das 8h30, no Auditório Jutahy Magalhães, no anexo da Assembleia Legislativa da Bahia.

O evento está previsto na proposta de plano de trabalho apresentada por Anibal Diniz (PT-AC) e aprovada pelo Senado, visando à análise do PNBL pelos parlamentares. Salvador foi indicada por Anibal para sediar o encontro como representante da Região Nordeste, que, na opinião do parlamentar, é a segunda “mais carente de serviços e infraestrutura de banda larga”. A primeira, segundo ele, é a Região Norte, motivo pelo qual o primeiro encontro aconteceu no Acre.

O Plano Nacional de Banda Larga tem por objetivo fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologia de informação e comunicação. Entre os objetivos específicos, estão massificar o acesso a serviços de conexão à internet em banda larga; promover a inclusão digital; acelerar o



A implementação do Plano Nacional de Banda Larga vem sendo discutida em diversas reuniões promovidas pelo governo

desenvolvimento econômico e social; reduzir as desigualdades social e regional; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de governo eletrônico e facilitar o uso dos serviços do Estado junto aos cidadãos; promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e ampliar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

A avaliação pela CCT segue

a Resolução 44/2013, que dá às comissões do Senado a prerrogativa de avaliar as políticas públicas de governo. Os debates sobre o tema, de acordo com Walter Pinheiro (PT-BA), “são fundamentais para subsidiar o relatório que o senador Anibal apresentará à comissão sobre o plano”.

Para o encontro, além de Pinheiro e Anibal, estão previstas as presenças de representantes do Ministério das

Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Telebras, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), além de Maria Quitéria, presidente União dos Municípios da Bahia e prefeita de Cardeal da Silva.

O 2º Encontro de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) acontecerá simultaneamente à 5ª edição do Diálogos de Comunicação, promovida pelo Conselho Estadual de Comunicação Social e pela Secretaria de Comunicação Social da Bahia para discutir o Marco Civil da Internet e o Plano Nacional de Banda Larga.

Pinheiro e Anibal também participam desse segundo evento, além do representante do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, André Moura Gomes; do representante da Telebras, Claudio Santana Larangeira; do presidente-executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy; e da presidente da União dos Municípios da Bahia, Maria Quitéria.

Na palestra de abertura, o professor Sérgio Amadeu da Silveira, membro do Conselho da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), falará sobre os avanços e desafios do Marco Civil da Internet. A advogada Ana Paula Moraes, especialista em direito digital, será a debatedora.

Audiência discute economia verde

O financiamento de uma economia de baixo carbono é o tema da audiência pública que a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) fará amanhã, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Representantes do governo, do setor financeiro e especialistas sobre o tema debaterão alternativas para inovar os processos produtivos que permitam o desenvolvimento com menor impacto ambiental, redução de custos e aumento da lucratividade. Melhorias na eficiência energética e na redução de gases de efeito estufa, entre outros pontos, são alguns dos objetivos da chamada economia verde.

Estão convidados representantes do governo, da

Assembleia Legislativa e da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo; os professores Jean-Charles Hourcade, Michele Stua e Emilio Lèbre La Rovere, este coordenador do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da UFRJ; o consultor ambientalista Fabio Feldmann; o consultor Roberto Kishinami; e o gerente do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima — Fundo Clima, Marcos Del Prette.

Também integrarão as mesas de debates o assessor do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, Antonio Marcos Fonte Guimarães; o chefe do Departamento de Indústria de Base do BNDES, Guilherme Cardoso; e repre-

sentantes do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil, do HSBC Bank Brasil e do Fórum Empresarial de Mudanças Climáticas.

A reunião está marcada para as 8h30, no Auditório Dom Pedro I da Alesp, e os interessados podem participar enviando perguntas pela internet ou pelo telefone do Alô Senado (0800 612211).

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 8h30

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMMCcarbonoSP>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoMudancasClimaticas>



Agricultura de baixo carbono e outras práticas sustentáveis vêm sendo estimuladas junto ao produtor rural brasileiro

Orçamento da União chega ao Congresso hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 10h, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que traz ao Congresso o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015.

Pela Constituição, a LOA, que deve ser entregue pelo Executivo até o dia 31 de agosto de cada ano, compreende: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e



Pedro França/Agência Senado

mantidos pelo poder público. O projeto é acompanhado de uma mensagem do presidente da República, na qual é feito um diagnóstico sobre a situação econômica do país.

Como no ano passado, o projeto chega antes da aprovação final, pelo Congresso, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 (PLN 3/2014). É a LDO que define as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Segundo afirmação de Valdir Raupp (PMDB-RO), o Congresso pode votar a LDO 2015 no esforço concentrado de setembro.